

**REPRESENTAÇÕES DO NACIONALISMO  
NAS HISTÓRIAS LITERÁRIAS DE SÍLVIO ROMERO  
E DE JOSÉ VERÍSSIMO**

*Eduardo da Silva de Freitas* (UFLA)  
[eduardofreitas@dch.ufla.br](mailto:eduardofreitas@dch.ufla.br)

**RESUMO**

Este trabalho aborda comparativamente as representações de nacionalidade efetivadas por Sílvio Romero e José Veríssimo em suas histórias literárias. Para tanto, parte do rastreamento das formas do nacionalismo elaboradas a partir das ideias políticas que circularam nos anos finais do século XIX e início do século XX no Brasil. Em seguida, estabelece-se uma comparação da organização narrativa das duas obras, observando como se constroem seus campos históricos, quais os fenômenos que arrolam e que explicações são dadas para eles. Por fim serão feitos comentários sobre o modo como as ideias de nacionalismo apresentadas por eles têm impacto na avaliação das obras literárias que estudam.

**Palavras-chave:** Nacionalismo. História literária. Sílvio Romero. José Veríssimo.

**1. Introdução**

Pode-se dizer que o discurso consolidado pela crítica literária a respeito das obras de história da literatura nacionais formou-se a partir da preocupação em identificar as características do gênero, a fim de apontar a impropriedade dos conceitos e ideias utilizados na composição destes textos para a compreensão do objeto literário. Por mais diferentes que tenham sido as diversas propostas construídas pelas inúmeras teorias de cunho imanentista ou genético, não será absurdo dizer que a tendência geral para a avaliação do legado da história da literatura foi a mesma que Roman Jakobson formulou a respeito do contexto russo. Já em 1921, asseverava:

[...] até agora, podíamos comparar os historiadores da literatura com a polícia que, propondo-se a prender alguém, se apoderasse ao acaso de tudo o que en-

contrasse no quarto, até mesmo das pessoas que estivessem passando pela rua ao lado. Assim, os historiadores da literatura serviam-se de tudo: da vida pessoal, da psicologia, da política, da filosofia. Compunha-se um conglomerado de pesquisas artesanais em vez de uma ciência literária [...] (JAKOBSON, *apud* EICHENBAUN, 2013, p. 38-39).

Deste descrédito geral nas histórias da literatura, é que surgiram as diversas correntes teóricas, que, no seu conjunto, suplantaram os pressupostos em que se erigiam aquelas obras. Não será necessário fazer o levantamento do contributo específico de cada corrente crítica para a perda do prestígio das histórias literárias. Para os interesses deste trabalho, basta notar que o saldo foi que a definição dos novos pressupostos teóricos serviu para que se levantassem as características do gênero. Assim, chamando atenção para o fato de que o método histórico organizava linearmente a narrativa, valorizava a biografia e o contexto sócio-histórico na explicação dos textos literários, além de subordinar a história literária à política e veicular uma ideologia nacionalista que se imiscuía tanto na narrativa quanto na interpretação das obras literárias, ao mesmo tempo em que se repudiava, identificava-se o modelo.

Desse modo, quando ao fim da década de 1960, Jauss lança suas provocações à crítica literária, a ideia de história da literatura de que se serve em nada lembra aquela que teve seu ápice no século XIX. Em verdade, a exposição de suas ideias começa justamente pela denegação de qualquer identificação com este passado. Basta que se recuperem as palavras de Jauss, registradas no fim da década de 1960, quando lança suas provocações à crítica literária e busca fundar a história da literatura em outros métodos. A descrição do cenário na Alemanha revela não só o baixo apreço como também a pouca serventia desse tipo de obra para os estudos literários em sua época:

Em nossa vida intelectual contemporânea, a história da literatura, em sua forma tradicional, vive tão-somente uma existência nada mais que miserável, tendo se preservado apenas na qualidade de uma exigência caduca do regulamento dos exames oficiais [...] No mais, histórias da literatura podem ainda ser encontradas, quando muito, nas estantes de livros da burguesia instruída, burguesia esta que, na falta de um dicionário de literatura mais apropriado, as consulta principalmente para solucionar charadas literárias. (JAUSS, 1994, p. 5)

Esse mal-estar generalizado a respeito das histórias literárias não deixou de causar impacto no Brasil. Entre 1955 e 1959, Afrânio Coutinho dá à luz um projeto diferente de construção de história da literatura que busca colocar em novos termos a produção do gênero no país, baseando-o não no tradicional modelo "vida e obra", mas chamando atenção

para os períodos, para os temas, as características estilísticas das épocas. Como se sabe, os volumes de *A Literatura no Brasil* compõem-se de artigos de diversos autores que tratam de certo escritor, obra ou tema ao longo da história, desde os momentos iniciais até o modernismo. Trata-se de obra robusta, mas que não teve aceitação equivalente à espessura dos volumes.

Em verdade, apesar dessas inovações significativas na forma de tratar os assuntos, persistiram, neste projeto, certas ideias, por assim dizer, tradicionais, como a cronologia linear que organiza os volumes e o viés nacionalista. As introduções a cada livro, recolhidas, aliás, em edição à parte, formam uma perfeita síntese histórica de teor tradicional. Além disso, a propalada abordagem estética do fenômeno literário ao longo da história sucumbe à ideologia nacionalista, que é, por definição, política. Assim, sem notar a contradição, registra: "A autonomia literária escapa à explicação em termos políticos. É antes de natureza estética. É a marcha ou conquista de uma expressão nacional [...]" (COUTINHO, 1972, p. 40)

Neste último caso, embora o título pretenda sugerir uma perspectiva mais estética do que política, sendo esta a proposta central que encampava o projeto, o fato é que não conseguiu também desvencilhar-se completamente da incursão pela *brasilidade* da produção literária. De outra parte, não tendo aceitação tão difundida, o projeto não chegou a emplacar como alternativa à história da literatura tradicional, tendo em vista que não conseguiu resgatar o gênero da posição secundária a que estava sendo colocado.

Da mesma década, é a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido. Publicado em 1957, o livro tornou-se referência para a crítica e a historiografia literárias posteriores. Estudando a constituição da tradição literária brasileira, o autor em certa medida esquiva-se dos princípios norteadores da história da literatura tradicional. Além do próprio título, que foge à designação tradicional, a obra aborda apenas o período que vai de 1750 até o aparecimento de Machado de Assis, escapando assim da prática mais tradicional de começar-se a história da literatura brasileira pelo século XVI e terminá-la no período próximo à existência do historiador.

Acrescente-se que o próprio argumento de estudar a literatura brasileira como um sistema social é um desvio do modelo tradicional, que se caracteriza por conceber - às vezes, mesmo sem definir claramente - uma

ideia qualquer de literatura e por traçar a evolução deste objeto em relação com o processo de formação da nacionalidade. Não é à toa que, embora afirme Antonio Candido (1997, I, p. 29) ser sua obra "um livro de história literária", haja quem diga ser ela não uma "história literária, e sim um ensaio historiográfico sobre os *momentos decisivos* da formação da literatura brasileira" (CAIRO, 2003, p. 79-80).

Seja como for, é justamente sobre a *Formação da Literatura Brasileira* que recaiu a crítica mais severa à historiografia literária. Na década de 1980, Haroldo de Campos denuncia Antonio Candido por sequestrar a poesia de Gregório de Matos da história da literatura brasileira, isto é, de excluí-la como obra relevante para a história literária. Segundo o argumento principal de *O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira*, isso aconteceria justamente por ter sido adotada certa ideologia nacionalista, aliada a uma concepção linear da história. Em suas palavras:

*A Formação privilegia - e o deixa visível como uma glosa que lhe percorre as entrelinhas - um certo tipo de história: a evolutivo-linear-integrativa, empenhada em demarcar, de modo encadeado e coerente, o roteiro de 'encarnação literária do espírito nacional'; um certo tipo de tradição, ou melhor, 'uma certa continuidade de tradição: aquela que, 'nascida do domínio das evoluções naturais', foi 'transposta para o do espírito', ordenando as produções deste numa 'continuidade substancial', harmoniosa, excludente de toda perturbação que não caiba nessa progressão finalista [...]' (CAMPOS, 2011, p. 44).*

Haroldo de Campos continua a crítica, chamando atenção para o fato de ser o entendimento de Candido, segundo o qual a literatura é um veículo de comunicação entre autores e público, que acaba por valorizar uma ideia literatura marcada pela emotividade e referencialidade, uma ideia tipicamente romântica. No entanto, observando-se o trecho citado pode-se ver que alvo de sua crítica é justamente a forma tradicional do gênero história da literatura nacional. Num procedimento típico daqueles que discordavam da história da literatura, o lamento do poeta e crítico literário traz junto a si a caracterização do gênero.

Não será exagero dizer que este foi o limite da crítica literária para com a história da literatura nacional: embora a identificasse, a crítica não se preocupou em explicá-la ou compreendê-la. Naturalmente inclinada a fazer valer suas ideias e seus métodos, não se dedicou a entender melhor aquilo que criticavam, ficando, em certa medida, na superfície dos fatos. Ao se ler um trecho como o citado há pouco tem-se a impressão de que os historiadores que adotaram a forma "evolutivo-linear-integrativa" com a finalidade de traçar o roteiro de "entificação do nacional" (CAMPOS,

2011, p. 23) teriam falado sempre da mesma coisa, teriam sido sempre concordes.

No caso do texto de Haroldo, note-se, além da identificação precisa do compromisso das histórias da literatura tradicionais com a nacionalidade, o descaso pelas consequências que implica a adoção do método histórico-nacionalista na concretização das obras, de modo que a homogeneidade de método seria indício de uma equivalência de resultados. É o que queda evidente na menção que faz à interpretação de Sílvio Romero sobre Gregório de Matos. De acordo com Haroldo de Campos, é "apesar dos pesares" que o historiador sergipano soube avaliar a obra do poeta baiano "corretamente como *infração da norma*" (CAMPOS, 2011, p. 23). É como se esperasse que as histórias da literatura devessem chegar às mesmas conclusões por partirem de modelos comuns de compreensão histórica. Deixando de lado, a apreciação que se faz da interpretação de Romero, Haroldo de Campos trata-a como um desvio da norma.

É importante que se diga que não se trata de apontar que a avaliação que se faz normalmente das histórias da literatura tradicionais seja equivocada quanto à identificação dos traços característicos. Já se falou que o modelo consagrado no século XIX e que vigeu em boa parte do século XX, pelo menos no Brasil, constituiu-se pela subordinação das ideias literárias à política e pela concepção linear da história. A questão é, apesar da correta avaliação, não se costuma perceber que a atualização destes pressupostos não se dá de maneira uniforme pelas histórias da literatura. Quer dizer, o fato de serem nacionalistas e de adotarem uma visão progressiva e acumulativa do processo histórico não faz com que cheguem ao mesmo resultado. Isso acontece, porque existem várias maneiras de se caracterizar uma nacionalidade e de se formular um princípio de evolução.

Com efeito, as críticas feitas ao modelo da história da literatura tradicionais não aprofundam esta direção. Para elas, trata-se sempre de uma e mesma coisa, quando, na verdade, estão em jogo ideias totalmente diferentes. Aliás, as próprias divergências dos historiadores quanto à interpretação dos autores e das obras literárias ligam-se à forma de atualização destas ideias. Em outras palavras: apesar de fazerem parte de um mesmo gênero, isso não quer dizer que as histórias da literatura estejam obrigadas a chegar às mesmas conclusões. A causa disso é que a maneira de preencherem o arcabouço metodológico que encontram determina as diferenças entre as obras de história da literatura.

A concordância com a posição difundida pela crítica de que existe um modelo de história literária concentra-se, sobretudo, na importância que a ideia de nacionalidade tem na elaboração de obras enquadradas neste gênero. É ela que parece ser a ideia que define mais intensamente a forma final das histórias da literatura. A narrativa estrutura-se para evidenciar a existência do "espírito nacional" e a avaliação das obras e dos autores se faz em vista da importância para a definição da nação.

Partindo deste ponto, o presente trabalho mostrará justamente o modo pelo qual o nacionalismo atualiza-se nas histórias da literatura escritas por Sílvio Romero e por José Veríssimo e dá forma ao campo histórico definido por cada um. A comparação ainda apontará como a maneira pela qual cada um concebe o nacionalismo afeta a impressão que têm dos textos que abordam.

## **2. Nacionalismo brasileiro em fins do XIX e começos do XX**

A compreensão do papel do nacionalismo nas histórias da literatura de Sílvio Romero e José Veríssimo passa pelo entendimento de certas questões políticas que tiveram lugar na sociedade brasileira desde os anos próximos a 1870 até a segunda década do século XX. Foi o modo pelo qual os homens que viveram este período colocaram o debate da nacionalidade e propuseram interpretações para situação social e cultural do país em sua época que embasou as representações construídas por aqueles historiadores para a história literária do país. Os problemas identificados, as explicações formuladas e as soluções indicadas pelos intelectuais que assumiram o papel de refletir sobre o país são incorporados por Romero e Veríssimo, que foram, aliás, membros deste corpo de homens.

Neste sentido, é importante dizer que esta geração de intelectuais que ganhou espaço a partir da década de 1870 definiu-se principalmente como questionadora do estado de coisas vigentes na época. À parte certas diferenças individuais das produções dos intelectuais que apareceram na vida social brasileira nesse momento, o tom predominante ecoava uma insatisfação difusa. É o que se pode perceber pela caracterização do espírito dominante do momento inicial, em síntese feita pelo próprio Sílvio Romero, cujas palavras já se tornaram famosas:

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feu-

dalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. (ROMERO, *apud* BARBOSA, 1974, p. 28)

De acordo com o historiador e crítico sergipano, a letargia acometia os mais diversos setores da sociedade e se imiscuía na vida intelectual, religiosa, cultural e política e a geração de intelectuais de 1870 teria assumido o papel empreender a alteração de todo este quadro. E, de fato, a solução dos problemas do país foi tomada a peito por essa "geração contestante" (BARBOSA, 1974), altamente engajada. Apesar de nem todos serem tão intempestivos quanto Sílvio Romero, o fato é que esta foi uma geração de intelectuais que adotou uma postura de combate aos problemas do país nas mais diversas áreas de atuação.

Deixando de lado as implicações que teve, em cada uma das áreas apontadas por Sílvio Romero, a postura adotada pelos intelectuais neste momento, chame-se atenção no trecho citado para passagens em que se fazem comentários diretos da situação política. Elas registram a tendência predominante na inteligência brasileira que ganhou espaço na vida social do país a partir de 1870. Defensores dos ideais republicanos, estes intelectuais viam no regime monárquico o motivo principal do atraso que o país enfrentava em todos os setores.

As ideias gerais defendidas pelos intelectuais republicanos ficaram registradas no *Manifesto Republicano*, publicado do ano de 1870. Neste documento cujo teor é predominantemente crítico ao regime monárquico, o grupo republicano registra as incoerências e as contradições que caracterizariam a existência do Império como sofismática. Sua crítica principal volta-se para o aspecto centralizador do governo monárquico brasileiro, que não só teria dispensado o consórcio popular mas também teria desprezado o princípio federativo inscrito pela natureza na própria topografia do Brasil.

Na interpretação destes intelectuais, o anseio de independência teria sido traído na medida em que a forma do governo manteve-se a mesma do sistema que se pretendia suplantar. Desse modo, ao invés de acabar com o estado de coisas existente, "a independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial" (MANI-

FESTO, 1979, p. 76). Ademais, ainda segundo o pensamento republicano, na medida em que procurava conciliar o princípio de legitimação de poder contraditório, a monarquia brasileira denunciava-se como utópica e absurda. Assim, "antinômicos e irreconciliáveis" (MANIFESTO, 1979, p. 79), conviviam no sistema político brasileiro a hereditariedade e a graça divina junto à soberania nacional e a vontade coletiva.

Sem um programa propositivo claramente definido para a substituição do regime de governo, o *Manifesto Republicano* apenas propala a descentralização do poder, com a consideração das diferenças regionais do país, e, sobretudo, com o reconhecimento do "povo" como figura detentora do verdadeiro poder, definindo a soberania nacional como a "reunião, a coleção das vontades de um povo" (MANIFESTO, 1979, p. 81). Além disso, chamando a atenção para o fato de o Brasil ser o único Estado americano cuja forma de governo não era republicana, o documento conclui com a declaração da vontade de colocar-se "em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente [...]" (MANIFESTO, 1979, p. 83).

Sem que se possa considerar em profundidade os desdobramentos dessas posições republicanas na construção da simbologia do nacionalismo em correlação com outros aspectos socioculturais, registre-se que o verdadeiro elemento constitutivo da nacionalidade para o pensamento republicano é a figura do "povo". Pode-se dizer que até a década de 1870, a nacionalidade brasileira era, predominantemente, ligada à monarquia e à coroa portuguesa, vendo-se no processo de colonização um fato benéfico à formação do país. A partir desse momento, no entanto, a geração de intelectuais republicanos que ganhou espaço na vida social brasileira "quer reinterpretar a história brasileira, privilegiando não mais o Estado imperial [...] mas o povo e a sua constituição étnica" (REIS, 2000, p. 89).

Em que pesem as diferenças existentes na formulação dos pensadores que integraram o grupo republicano, parece ser possível afirmar que, até 1889, foram predominantes tanto a ideia de que a nacionalidade brasileira estaria ligada intimamente ao povo, quanto a má disposição para o regime monárquico. No entanto, a partir do advento da república, a união dos intelectuais que lutaram para a alteração do regime governamental começou a se desfazer. A divisão do grupo acaba por revelar que a bandeira comum da crítica ao regime monárquico encobria o fato de que "os projetos republicanos divergiam entre si no entendimento do que fosse a República" (OLIVEIRA, 1990, p. 89). Em resumo: os republica-

nos concordavam quanto à derrubada da monarquia, mas divergiam quanto à forma a ser dada ao novo regime.

Em *Doutrina contra Doutrina*, que veio a lume em 1894, isto é, apenas um lustro após a proclamação da república, o próprio Sílvio Romero descreve as ideias e os diferentes grupos que se identificavam como republicanos: os socialistas, os jacobinos, os militares, os positivistas e os democratas. No entanto, mais do que isso, o autor registra os motivos da queixa da inteligência republicana com o regime que lutaram para implantar. Conforme as palavras de Romero:

Em mais de um ponto do país, tem-se visto darem-se as mais sérias posições, os postos de confiança a afamados e experimentados politicadores do antigo regime, como uma espécie de desprestígio do republicanismo honesto e regalo dos velhos mandões de toda a casta. (ROMERO, S.: 1894, p. XLIII)

Poucos anos após a instauração da república, parece ter havido uma mudança de espírito no grupo de intelectuais engajado na luta contra a monarquia. Com efeito, o tom acerbo contra a monarquia e entusiasmado pela república cede lugar aos lamentos frustrados que passam a compor os trabalhos dos republicanos. A decepção presente no texto de Sílvio Romero acometeu, de fato, diversos republicanos históricos, para os quais o novo regime não passou de um engodo.

O grau de descrédito quanto ao modo pelo qual se consolidou a república no Brasil pode ser percebido no fato de que mesmo gerações que viveram plenamente sob o governo republicano assumiram um tom nostálgico quanto à monarquia. Lembre-se, por exemplo, de *Populações Meridionais do Brasil*, livro de Oliveira Viana, intelectual nascido nos últimos anos do Império, mas cuja vida se deu sob a república, em que se faz a defesa da monarquia. Para o presente trabalho, a importância de toda essa frustração é ter criado espaço para outra percepção sob o governo monárquico. Assumindo um viés mais complacente, os intelectuais republicanos passaram a notar certos pontos positivos na forma anterior de governo. Já nos anos iniciais do século XX, passada a década de atribuições políticas e econômicas que assolaram a República, aparece uma corrente nacionalista que não se distingue mais pela crítica acerba ao Império.

### 3. *O nacionalismo nas histórias literárias de Sílvio Romero e José Veríssimo*

As obras de história da literatura de Sílvio Romero e José Veríssimo estão inseridas nesta conjuntura descrita até aqui. O livro do historiador sergipano inscreve-se ainda no momento de entusiasmo heroico pela república e de crítica acerba à monarquia, ao passo que o do historiador paraense é representativa da etapa subsequente, em que se nota uma profunda desilusão pela República e se estabelece um discurso complacente com o Império. Dessa forma, enquanto o primeiro parte da denegação absoluta de qualquer contribuição da coroa portuguesa e de sua herdeira, a monarquia brasileira, na formação da nacionalidade brasileira, o segundo é mais transigente e consegue perceber fatores positivos no legado português.

Comece-se pela *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. Publicada em 1888, poucos meses depois do calor da Abolição, esta obra do historiador sergipano é, como se disse, produto do espírito heroico que caracterizou a inteligência republicana até 1889. Isso fica evidente já na formulação que faz do que seria a filosofia da história do povo brasileiro:

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros no Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial hão sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (ROMERO, 2002, I, p. 57)

Note-se, no trecho citado, a ênfase dada na ideia de que o brasileiro é uma mistura de fatores diversos. Em verdade, todos os fenômenos que fazem parte do campo histórico remetem à ideia de miscigenação. Todavia, é importante destacar que, à diferença do que se passava anteriormente quando a ideia de nacionalidade brasileira estava intimamente ligada à coroa portuguesa, como se pode notar, por exemplo, na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, a obra do historiador sergipano nega este vínculo. A menção que se faz ao "português", neste sentido, indica antes o povo em geral do que um segmento social em particular.

Aliás, é mesmo a ideia de "povo" que subjaz a todo trecho citado e não se poderia interpretar adequadamente a palavra "brasileiro", se não se partir daquela noção. Apesar de não ser claramente referida no trecho acima, ela, de fato, é o arcabouço da narrativa que Romero desenvolve. Para ele, sendo uma manifestação das tendências de uma sociedade, a literatura é um campo onde se pode acompanhar o processo de constituição do povo brasileiro.

O ponto de partida da narrativa é o século XVI, momento em que os portugueses chegam ao território, travam contato com o nativo e começam a trazer as levas de escravos africanos. Não sendo propriamente importante no que tange à produção literária, este período destacar-se-ia pelo início do processo de miscigenação que daria origem a um povo diverso. Como então registra:

O português era sem dúvida o mais forte; mas, posto em contacto com tupis e africanos, debaixo de um clima, num meio diverso do seu, ele diluiu-se, por assim dizer, tomou feições outras, transformou-se, concretizando-se num produto novo, o povo brasileiro, que, se se diversifica do negro e do índio, também é bem diverso dele europeu. (ROMERO, 2002, I, p. 156)

O século seguinte é, para Romero, "o momento crítico" (ROMERO, 2002, I, p. 175), não só pelo fato de o Brasil ter sido acossado por franceses e holandeses, mas também pelo combate interno que estaria sendo travado no seio da própria sociedade implantada nesta parte da América. Trata-se, no seu entender, da "luta de duas forças antagônicas, que sem combaterem-se diretamente uma a outra, trabalhando em esferas opostas, podem ser consideradas como diametralmente inimigas, ainda que se julgassem aliadas" (ROMERO, 2002, I, p. 175). O antagonismo consistia no conflito tácito entre as tendências à manutenção da ordem portuguesa e à da formação do povo brasileiro. Ainda segundo o historiador, já neste momento a literatura se faz presente na pena de cronistas, oradores e poetas que existiram na Bahia.

O clímax desse processo estaria no século XVIII. Embora sua primeira metade tivesse um valor menor, segundo Romero, ela ainda assim teria sido importante, por ser uma época em que se teriam formado tradições intelectuais e fundado sociedades literárias (ROMERO, 2002, I, p. 195). De toda forma, "o momento decisivo [...] o ponto culminante" (ROMERO, 2002, I, p. 215) seria a segunda metade do setecentos. Como resume o historiador sergipano: no século XVI, o nacionalismo teria sido ainda superficial; no século XVII, teria sido mais ativo e poderia ser notado na guerra contra os holandeses e nas sátiras de Gregório de Matos;

já na primeira metade do XVIII, teria tentado espraiair-se pela política; por fim, na segunda metade desse século teria sido "a alma inteira da nação", que se teria desfeito "diante de nossas tradições" (ROMERO, 2002, I, p. 219). E continua: "Aí já não aparecem isolados a natureza e o caboclo. Aparecem a historia com todas as suas lutas, o passado com todos os seus feitos; índios, brancos, negros, solo, natureza, lendas, aspirações, a vida, o povo em suma..." (ROMERO, 2002, I, p. 219)

A posição central ocupada pelo povo é consequência da adoção da perspectiva republicana adotada por Sílvio Romero na sua *História da Literatura Brasileira*. Entendida sempre nos termos da miscigenação e da integração das raças que se encontraram no Brasil, a nacionalidade assim concebida estabelece como contraparte sua o elogio exclusivo de um dos grupos étnicos que formou o povo brasileiro. Sobretudo no que concerne ao desempenho da coroa portuguesa neste processo, as palavras de Romero adotam sempre o tom de reprovação, que foi característico da fase heroica da campanha republicana. Em um ponto, afirma:

O desenvolvimento da colônia foi quase em tudo um fato conquistado a esforços nossos contra a vontade expressa do governo português. Ainda em fins do século passado sua indisposição contra o desenvolvimento do Brasil era notória. (ROMERO, 2002, I, p. 220).

E mais adiante reitera:

Nosso progresso foi, pois, conquistado quase sempre a esforços nossos, amassado com as nossas lágrimas e com o nosso sangue. O Brasil desenvolveu-se por si. Invadido o interior pelos paulistas, descobertas as minas de ouro, rechaçados os estrangeiros da costa, fundadas as vilas dos sertões, o progresso surgiu; a nação estava feita. (ROMERO, 2002, I, p. 221).

Reproduzindo as marcas do gênero, como se pode ver nestas palavras, Sílvio Romero confunde literatura e política; ou melhor: subordina a primeira à segunda. Nesse sentido, diga-se que, apenas após o período em que o Brasil afirma sua independência política, as análises das obras se dedicam mais intensamente às questões literárias. Antes do advento do Romantismo, há uma preocupação clara em mostrar que a literatura registrava uma identidade propriamente brasileira. Quando aborda este período, no entanto, em lugar da afirmação das justificativas para a autonomia do Brasil em relação a Portugal, o historiador sergipano traça um largo panorama cultural do Romantismo na Europa e no Brasil. Igualmente, ao tratar da última fase deste movimento, o faz a partir da repercussão cultural da poesia de Victor Hugo sobre os poetas brasileiros, não a partir de problemas políticos.

Quanto ao Romantismo, embora reconheça na produção de alguns escritores românticos peças relevantes, não deixa de fazer ressalvas ao movimento, principalmente por sua tendência a valorizar o nativo americano, atitude que julgava equivocada. Como se disse, a apologia do indígena era contrária à sua teoria da miscigenação, que é a própria ideia que fazia da nacionalidade brasileira.

Para ele, a geração que mais proximamente incorporava o verdadeiro espírito da nacionalidade brasileira, após a geração dos poetas mineiros, era aquela que se formou em torno de Tobias Barreto – a quem Romero dedica uma centena de páginas de sua obra – e da chamada Escola do Recife, de onde teria saído a "meia dúzia de ideias mais estimáveis, que em outros pontos do país [...] tem vindo nos últimos tempos a agitar na esfera literária os espíritos" (ROMERO, 2002, II, p. 1022). Embora não haja espaço para se mostrar o que pode significar a defesa daquele escritor e desse grupo, diga-se que a forma pela qual Romero organiza sua narrativa visa ao elogio de sua geração, na medida em que ela mais se aproximaria das concepções que defende sobre a nacionalidade.

Passe-se agora ao comentário da obra de José Veríssimo. Se da obra de Romero pode-se dizer que incorporou o espírito heroico da inteligência republicana, não é exagero afirmar que a *História da Literatura Brasileira*, do historiador paraense, impregnou-se do tom decepcionado que fez parte de certos segmentos da inteligência brasileira após o 15 de novembro de 1889. Publicada postumamente em 1916, a obra de Veríssimo, ao invés da crítica absoluta ao regime monárquico e ao processo de colonização do Brasil, atribui-lhes alguns pontos positivos no processo de formação da nacionalidade brasileira e no desenvolvimento da literatura.

Antes de ver como essa perspectiva desiludida se projeta na narrativa, chame-se atenção para o modo como Veríssimo define a filosofia da história do Brasil. Enquanto Romero a estabelece em termos de miscigenação, o historiador paraense a funda sobre a formação de um sentimento de "apego à terra e afeto às suas coisas", que passaria do nativismo no primeiro momento ao nacionalismo após a independência do país. Nas palavras de Veríssimo:

[...] embora sem nenhuma excelência e antes inferiormente, animou-a [a literatura] todavia desde o princípio o nativo sentimento de apego à terra e afeto às suas coisas. Ainda sem propósito acabaria este sentimento por determinar manifestações literárias que em estilo diverso do da metrópole viessem a exprimir um gênio nacional que paulatinamente diferenciava. (VERÍSSIMO, 1998, p. 13)

Conquanto pareça que o historiador paraense esteja tratando apenas da questão literária, a ideia de "gênio nacional" denuncia o aspecto político da filosofia da história que orienta sua narrativa. De fato, Veríssimo tenta pensar a literatura como um objeto autônomo, mas não consegue deixar de subordiná-la à política. Não bastasse para confirmar essa concepção a divisão que faz da literatura brasileira em "período colonial" e "período autônomo", haveria ainda outros pontos, como a passagem em que explica o projeto de sua história literária em traçar o desenvolvimento do "instinto de nacionalidade" nas letras brasileiras. É o que revela ao explicitar a intenção de seu trabalho: "Presume esta *História* haver cabalmente verificado o desabrochar desse instinto desde ainda mal iniciada a formação do nosso povo, bem como o seu constante desenvolvimento a par com o deste." (VERÍSSIMO, 1998, p. 303)

À semelhança de Sílvio Romero, Veríssimo principia sua narrativa pelo século XVI. Destacando a precariedade do ambiente, traçando os perfis da maioria dos colonos que se dirigiam para o Brasil e dos habitantes nativos das terras encontradas, sugere os motivos da inexistência de literatura no Brasil, nos anos iniciais da colonização: sendo o ambiente inóspito e os colonos rudes, não teria havido espaço para este tipo de criação do espírito. Além do mais, nesta situação, mesmo procedendo das classes mais baixas e menos instruídas, os colonos não teriam interesse em estabelecer-se nestas terras. Assim, define o autor os colonos:

Eram a gente parasita sempre suspirosa por tornar à terra, sem nenhum ânimo de ficada aqui. Oficiais e mecânicos e ainda somenos indivíduos, mal aqui chegados tornavam-se de uma filúcia que deu na vista a mais de um observador. A escravidão exonerando-os de trabalhar e habituando-os a viver como no Reino viam viverem os fidalgos, insuflavam-se das fumaças destes. (VERÍSSIMO, 1998, p. 43)

Apenas após o estabelecimento de Duarte Coelho, em 1534, na capitania de Pernambuco é que teriam sido criadas condições para algum desenvolvimento material e cultural que permitisse o surgimento da literatura. Posteriormente, a fixação do governo geral da Bahia daria seguimento a este processo. Mas, de todo modo, apenas no século XVII a situação mudaria. A descoberta de ouro teria principiado a alterar a impressão dos moradores e dos adventícios sobre a terra. Ademais, o sucesso dos brasileiros contra os estrangeiros teria contribuído para despertar os primeiros ardores do nativismo.

Para Veríssimo, no século XVIII, teria ocorrido um desenvolvimento ainda inconsciente das tendências que estariam expandindo-se desde o século anterior. Assim, entende que a criação das academias de

letrados, apesar de terem sido uma tentativa de cópia daquelas que existiram em Portugal, não teriam deixado de apresentar "um primeiro e leve sintoma do espírito local de independência" (VERÍSSIMO, 1998, p. 113). Na segunda metade, especialmente em Minas as condições materiais teriam favorecido ali o despertar do "sentimento de liberdade e independência" (VERÍSSIMO, 1998, p. 129-130).

Seja como for, segundo José Veríssimo, apenas no século XIX seria possível falar da existência do "brasileiro", já que só então poderia ser notada alguma vontade de distinção da metrópole. Nos seus termos:

Ardores e alentos novos criou então o povo que há três séculos se vinha aqui formando e cuja consciência nacional, desde o século XVII, com as guerras holandesas, entrara a despontar. O fato do Ipiranga, precedido da singular situação resultante da estada aqui da família real e consequente transformação da colônia em reino unido ao de Portugal, perfizera essa consciência e lhe influíra a vontade de existir com a vida distinta que faz as nações (VERÍSSIMO, 1998, p. 163).

Não deve passar despercebido que também para o historiador paraense o povo ocupa o lugar central de sua narrativa. Assim como acontece com Sílvio Romero, essa é a influência do pensamento republicano sobre sua concepção de nacionalidade. No entanto, é importante salientar que, para Veríssimo, a "vontade de existir" como nação do povo brasileiro está em alguma medida ligada com a família real portuguesa. Veríssimo não deixa de apontar que D. João VI não tinha "o propósito de preparar o Brasil para a independência", mas reconhece que as medidas que tomou ao chegar nesta parte da América concorreram "para despertar nos brasileiros o sentimento de sua personalidade e importância e lhes acorçoar veleidades porventura latentes de autonomia e emancipação" (VERÍSSIMO, 1998, p. 183).

Impensável na obra de Sílvio Romero, justamente pelo seu espírito combativo e pela inclinação antimonarquista da maneira pela qual atualiza as ideias republicanas, a flexibilização que se nota em Veríssimo deve ser entendida como correlativa à mudança de percepção, após a mudança de regime, de parte da inteligência brasileira que havia aderido à ideologia republicana.

Após chegar no momento em que a autonomia nacional está assegurada, a narrativa deixa de se preocupar com questões políticas. Do mesmo modo que Sílvio Romero, Veríssimo, mesmo quando aborda eventos políticos que teriam influenciado a produção literária, já não se preocupa em tecer considerações sobre a nacionalidade brasileira. Assim,

ao falar da geração de 1870, aponta, entre os fatos que incidiram sobre os espíritos dos intelectuais da época, a Guerra do Paraguai, mas apenas para dizer que as circunstâncias que se desenvolveram posteriormente ao conflito "não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional" (VERÍSSIMO, 1998, p. 326). Já não há, portanto, o ímpeto de rastrear qualquer influxo deste fenômeno sobre o sentimento nativista ou a vontade de existir de modo autônomo no povo.

#### **4. O nacionalismo no julgamento da literatura**

A breve comparação estabelecida entre as duas histórias da literatura aqui em questão não deve terminar apenas no reconhecimento de que, embora tenham como um dos elementos base de sua composição o nacionalismo, a maneira como o atualizam seja diferente. É importante ao menos indicar como as interpretações da nacionalidade afetam o juízo que os historiadores fazem dos autores e dos textos literários que analisam. Tendo-se em mente que, além do peso do nacionalismo, faz parte deste tipo de obra empreender o estudo da literatura pela biografia do autor, veja-se como interpretaram Gregório de Matos e sua obra.

Na *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, o poeta baiano aparece como figura de destaque. Quando o historiador trata do século XVII, as páginas dedicadas ao Boca do Inferno ocupam quase a totalidade capítulo, fazendo jus à frase de que todo "o movimento literário do Brasil no século XVII deve girar em torno do nome de Gregório de Matos Guerra" (ROMERO, 2002, I, p. 181). Para Romero, Gregório

é a mais perfeita encarnação do espírito brasileiro, com sua facécia fácil e pronta, seu desprendimento de fórmulas, seu desapego aos grandes, seu riso irônico, sua superficialidade maleável, seu gênio não capaz de produzir novas doutrinas, mas apto para desconfiar das arrogâncias e do pedantismo europeu [...] é o discípulo de padres que começa por debicá-los, escarnecê-los e duvidar de sua santidade e sabedoria. [...] é um garoto, um precursor dos *boêmios*, amante de *mulatas*, desbragado, inconveniente, que tem, a coragem de atacar bispos e governadores (ROMERO, 2002, I, p. 176)

O tom elogioso de Sílvio Romero visa à construção certa imagem do poeta baiano que tenta caracterizá-lo como um homem descontraído, pouco afeito às formalidades e aos protocolos, e de comportamento infantil. Não sendo preciso investigar em que medida essa representação de Gregório está calcada na biografia feita pelo Licenciado Rabelo ou nas suas sátiras, é importante notar que, para o historiador sergipano, estas características colocam-no em oposição a certos grupos e instituições.

Assim, pelas palavras de Romero, pode-se perceber que a "mais perfeita encarnação do espírito brasileiro" é o contrário do "pedantismo europeu", dos religiosos católicos e do poder oficial.

Mais adiante, mantendo sempre o tom empolgado, Romero indica o papel que se deve atribuir ao poeta baiano na história da literatura brasileira:

Se a alguém no Brasil se pudesse conferir o título de fundador da nossa literatura, esse deveria ser Gregório de Matos Guerra. Foi filho do país; teve mais talento poético do que Anchieta; foi mais do povo; foi mais desabusado; mais mundano, produziu mais e num sentido mais nacional. (ROMERO, 2002, I, p. 176)

Deixando de parte as inúmeras relações que poderiam ser estabelecidas entre esta e a passagem citada anteriormente sobre as representações da nacionalidade brasileira, chame-se a atenção apenas para a que se pode fazer entre as características elencadas no primeiro trecho e a ideia de "povo". Veja-se que o significado de "encarnação perfeita do espírito brasileiro" é preenchido pela ideia de "ser mais do povo". São ideias complementares que atualizam, por sua vez, o sentido de "mais nacional". Nesse sentido, é importante ressaltar que, embora possa parecer óbvia, a relação entre "povo" e "nação" não foi imediata no século XIX brasileiro e só se consolidou a partir da década de 1870. Foi o pensamento republicano que a instituiu, pois até então a nacionalidade brasileira era vinculada à monarquia.

Entendidas a partir dessa perspectiva é possível afirmar que o historiador sergipano vê em Gregório uma espécie de republicano *avant la lettre*. Mesmo a caracterização que faz de sua figura como contrária aos representantes do governo, que na época eram necessariamente ligados à corte portuguesa, e como desdenhosa das práticas e instituições que estão vinculadas a esta mesma corte, como o referido pedantismo e os integrantes do clero, é fruto da projeção dos ideais republicanos na interpretação que faz do poeta baiano. Não é à toa que sua leitura dos poemas satíricos atribuídos a Gregório vá no sentido de chamar atenção para "o descontentamento que lavrava já contra os governos pesados e ásperos da metrópole" (ROMERO, 2002, I, p. 190) e que o caracterize como "um acérrimo inimigo, tanto de governadores e juizes déspotas, como de bispos e cônegos aparvalhados". (ROMERO, 2002, I, p. 191)

Além do mais, partindo de sua teoria da miscigenação, que configura a ideia de "povo brasileiro" como uma mistura do português, do índio e do negro, o historiador sergipano vê na mesma produção satírica de

Gregório uma manifestação da nacionalidade uma vez que expressava "a consciência de ser [a população que vivia no Brasil] alguma coisa de novo" (ROMERO, 2002, I, p. 191). A justificativa final de sua decisão de atribuir ao poeta baiano o papel de fundador da literatura brasileira reitera a ideia de "povo brasileiro" como mistura étnica:

Gregório Guerra é o genuíno iniciador de nossa poesia lírica e de nossa intuição ética. O seu brasileiro não era o caboclo, nem o negro, nem o português; era já o filho do país, capaz de ridicularizar as pretensões separatistas das três raças. (ROMERO, 2002, I, p. 193).

Pode-se resumir a apreciação positiva de Sílvio Romero sobre Gregório de Matos dizendo que é devida ao fato de o historiador ver no poeta um representante de suas ideias nacionalistas. Com efeito, de acordo com suas palavras, o lugar reservado a Gregório está ligado à crença de que incorpora plenamente a identidade brasileira segundo o pensamento republicano.

Apesar de a interpretação de Romero estar baseada no pensamento republicano, seria equivocado pensar que as interpretações do poeta baiano oriundas do nacionalismo modelado pelo espírito republicano haveriam de concordar. De fato, não é isso o que ocorre, conforme se pode ver pela *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo. Embora dedique um capítulo de sua obra ao poeta baiano, Veríssimo indica já no início o tom pelo qual a interpreta:

Fizeram dele um herói literário, um precursor do nosso nacionalismo, um antiescravagista, um gênio poético, um repúblico austero, quiçá um patriota revoltado contra a miséria moral da colônia. Houvessem procurado conhecer a parte não satírica de sua obra, ou sequer lido atentamente a parte satírica publicada, única que conheceram, haveriam escusado cair em tantos erros como juízos. (VERÍSSIMO, 1998, p. 91)

Ainda que não tenha mencionado, as palavras do historiador parense vão de encontro às de Sílvio Romero. Ao invés do retrado do bonachão pintado pelo seu contemporâneo sergipano, Veríssimo traça o perfil de um homem amargurado e inconformado com sua existência no Brasil. O tom elogioso cede, portanto, a uma censura deliberada da posição elevada a que o poeta tinha sido alçado. Enfatizando que ele tinha passado boa parte de sua vida em Portugal, Veríssimo deixa ver os motivos de sua interpretação negativa:

Se são exatos os dados do seu biógrafo, teria Gregório de Matos, quando regressou à terra natal para nela viver, 58 anos feitos. Era já um pouco tarde para se lhe afazer e afeiçoar. [...]

Pelo seu gênio maléxico e satírico, pela irritação com que deixara Portugal, pelo desaparego da terra, onde se encontrava deslocado e contrafeito, e a qual não cuidou de afeiçoar-se, achou-se naturalmente mal e contrariado nesta, e em oposição com ela. Mais de trinta anos de Portugal lhe tornaram insuportável a mesquinha vida da sua mesquinha Bahia (VERÍSSIMO, 1998, p. 94).

Em contraposição à imagem do "garoto" levantada por Sílvia Romero, Veríssimo propõe a do "homem vivido", que não gosta da terra que o viu nascer. É esse, em verdade o motivo pelo qual o historiador paraense não pode conceder que Gregório seja um "genuíno brasileiro". Para ele, o que realmente interessa na caracterização de um escritor como brasileiro é o grau de afeição que demonstra pela terra. Lembre-se que sua ideia de nacionalidade parte da relação de estima entre o povo e a terra em que vive. Sendo assim, como no seu entender Gregório não guardaria qualquer "apego à terra", estando, pelo contrário, em guerra com a sociedade em que vivia, não pode atribuir-lhe o papel de precursor das letras brasileiras. E ainda que tenha malsinado o regime colonial, para Veríssimo, assim teria feito apenas por um impulso pessoal.

Note-se ainda que embora mencione que Gregório tenha exercido cargos públicos em Lisboa e tenha ocupado o posto de tesoureiro-mor do arcebispado da Bahia, Veríssimo não critica o poeta como uma figura comprometida com a oficialidade portuguesa. Ao contrário, reclama de sua personalidade enquanto indivíduo, não como funcionário. Do que fala é "da sua presunção de branco puro, da sua vaidade de douto, dos seus muitos anos em Portugal e da educação portuguesa" (VERÍSSIMO, 1998, p. 98). Se não enxerga no poeta um representante da nacionalidade brasileira é porque sua formação portuguesa, não sua condição de funcionário, teria provocado o sentimento de "desapego à terra".

Por fim, assim como é possível dizer que a apreciação positiva que Sílvia Romero faz de Gregório é resultado da projeção das ideias que o historiador sergipano tem da nacionalidade brasileira, assim também se pode falar, mas no sentido inverso, do juízo formulado por José Veríssimo. Com efeito, é por conceber a nacionalidade como uma relação sentimental com a terra e por entender que Gregório não gostava do Brasil que o historiador paraense o critica. Embora em ambos os casos esteja em jogo a questão da nacionalidade, o resultado é diferente.

## 5. Conclusão

Ao longo do século XX, o desenvolvimento da crítica literária contribuiu para o descrédito das histórias da literatura nacionais que tiveram o ponto alto de sua existência no século XIX. Com efeito, a formulação das diversas teorias que pretenderam definir e interpretar o objeto literário deu-se pelo questionamento da validade dos métodos empregados pela história. No entanto, ao longo desse processo, à medida em que se descartava o método histórico, definia-se com clareza as características do gênero. Como a preocupação maior era demonstrar a validade das abordagens críticas que se elaboravam, deixou-se de lado a compreensão efetiva das histórias das literaturas nacionais, ignorando-se as diferenças notórias existentes entre elas.

No caso do Brasil, os influxos das correntes de crítica literária deram-se no mesmo sentido. De um lado, resultaram na tentativa pouco aceita de reformulação do gênero; de outro, prestaram-se a lançar este tipo de estudo no descrédito. A consequência disso foi a recusa a estudar seriamente as histórias da literatura brasileira, com o intuito de entender e explicar suas diferenças.

Pelo que se pôde ver, a crítica, em verdade, não deixa de estar certa ao caracterizar as obras oriundas desse tipo de estudo. No caso específico do nacionalismo, pode-se dizer que é realmente um dos elementos fundamentais das histórias literárias, uma vez que está na base da composição das narrativas e influenciam a interpretação dos textos literários. O caso das histórias literárias escritas por Sílvio Romero e José Veríssimo deixam isso patente.

Por outro lado, ao contrário do que permitem supor as teorias literárias, a base nacionalista das obras destes autores não implica homogeneidade de interpretação do sentido da história, nem de julgamento dos autores. De fato, isso acontece porque cada historiador tem uma ideia diferente de como deve ser entendida a nacionalidade brasileira. No caso de Romero e Veríssimo, ambos partem da ideologia republicana que coloca o povo como elemento básico da nação, mas enquanto Sílvio Romero privilegia o fator miscigenação, Veríssimo favorece a ideia de "apego à terra".

Essa caracterização diferente resulta não só na construção de narrativas diversas quanto à interpretação dos fenômenos que apresenta como também no julgamento diferenciado dos escritores que integram essas histórias literárias. No caso de Gregório de Matos, por exemplo, en-

quanto a projeção das ideias nacionalistas Sílvio Romero se traduz no elogio do poeta baiano, a de Veríssimo implica reprovação.

Com efeito, o fato de apresentarem a mesma estrutura de composição e um método comum não autoriza a que se pense ser o resultado obtido sempre o mesmo. É preciso perceber que as histórias da literatura atualizam os conceitos com que operam de modo distinto, ainda que apresentem uma forma mais ou menos típica. Sem que se pretenda legitimar o método histórico em si, trata-se antes de compreender como era a literatura era efetivamente estudada por este modelo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso. História da literatura, literatura comparada e crítica literária: frágeis fronteiras disciplinares. In: MOREIRA, Maria Eunice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro, Editora Distribuidora de Livros Escolares, 1972.

EICHENBAUN, Boris. Sobre a teoria da prosa. In: \_\_\_ et al. (Orgs). *Teoria da literatura: textos dos Formalistas Russos*. São Paulo: Edunesp, 2013.

JAUSS, Hans Robert. *História da literatura como provocação à ciência da literatura*. São Paulo: Ática, 1994.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1979.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: J. B. Nunes, 1894.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.